

#bar
bárie
não

#civili
zação
sim

PROFESSORES **ANALISAM**
POR QUE AS ELEIÇÕES DE 2018
SÃO AS MAIS COMPLEXAS DA
HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL

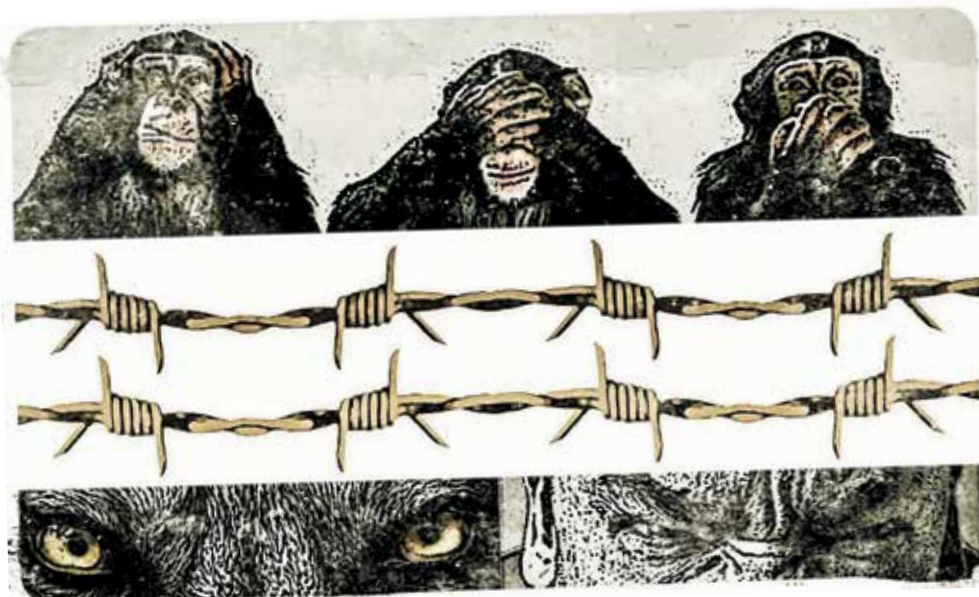
PORQUE A LIBERDADE ESTÁ AMEAÇADA

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

“A eleição que vamos viver tem uma dimensão de confronto entre democracia e barbárie. Seja qual for o resultado, todo nosso empenho deve ser em defesa da democracia e das liberdades que ela assegura, como a liberdade de expressão e de manifestação”. A opinião é de Maria Paula Araújo, professora do Instituto de História e diretora da Adufrj.

A docente cobra uma aliança de todas as pessoas, forças políticas e partidos comprometidos com um programa democrático. Segundo ela, a importância do processo eleitoral deste ano está no fato de o candidato mais bem colocado nas pesquisas apresentar um discurso que colide com os princípios da Constituição: “Bolsonaro diz publicamente que vai armar pessoas, que a ditadura foi uma coisa boa. A forma como ele trata as mulheres e a população LGBT demonstra que não tem apreço pelos direitos conquistados”.

Mesmo a liberdade de educar está no fio da navalha, diante do programa Escola sem Partido, defendido pelo candidato do PSL. É o que afirma o professor Ricardo Castro, do Instituto de História da UFRJ: “Há uma onda conservadora, pelo menos desde 2013, fazendo uma



guerra cultural contra o pensamento crítico. Esse discurso semeia perseguição contra professores no exercício de sua função educativa”. De acordo com Castro, o Escola sem Partido se fantasia com uma perspectiva democrática, quando, na verdade, “atenta contra a liberdade de cátedra”.

Diretor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ, Vantuil Pereira também chama atenção para a importância do pleito deste ano: “Esta eleição coloca em xeque uma série de políticas de direitos humanos”, afirma. O diretor do NEPP-DH destaca ainda que qualquer candidatura do campo democrático deve sinalizar

para o fim do teto de gastos que sufoca as políticas sociais.

“O mais grave desta eleição é a produção de desinformação e a liberação dos discursos de ódio, sem consequência. Discursos que são intoleráveis num regime democrático”, diz a diretora da Escola de Comunicação, Ivana Bentes. Se é verdade que sempre houve fake news, até mesmo produzidas pela mídia tradicional, isso se massificou no ambiente digital. “Hoje, qualquer pessoa num grupo de whatsapp dissemina uma notícia sem nenhum tipo de contraditório. Não existe uma orientação de checagem de fatos. Nunca foi tão importante uma formação para a mídia”, afirma.

Adufrj e Andes debatem gênero e liberdade de cátedra

A violência de gênero e a autonomia universitária são os eixos do debate que Adufrj e Andes realizam no dia 9 de outubro, a partir das 18h, no IFCS. O evento é organizado pela Adufrj e pelo Andes. O objetivo é discutir o tema e também prestar solidariedade à professora da UFRJ Maria Clara Dias. Ela coordenou o Dossiê Sobre Lesbocídio, lançado este

ano pelo Núcleo de Inclusão Social da UFRJ. O trabalho mostrou que, entre 2014 e 2017, 126 mulheres foram mortas no Brasil por serem lésbicas. Depois disso, Maria Clara foi alvo de ameaças e perseguições nas redes sociais. O debate “Autonomia Universitária, Liberdade de Cátedra e as Questões de Gênero” é aberto ao público.



PORQUE HÁ RISCO DE INSEGURANÇA INSTITUCIONAL

FERNANDA DA ESCÓSSIA
E SILVANA SÁ
comunica@adufrrj.org.br

Sempre que as instituições fraquejam, a insegurança institucional cresce, e a democracia corre risco. É assim que pesquisadores da UFRJ e da Uerj analisam, não sem apreensão, o quadro institucional brasileiro e as perspectivas para o futuro do país.

A jurista Margarida Lacombe Camargo, professora da Faculdade Nacional de Direito, vê mais que um cenário de crise. Ela afirma que há um colapso institucional. Crise, afirma, é um curto-circuito passageiro, enquanto o colapso se associa a um quadro de falência em altíssimo grau. “As instituições estão corrompidas, inclusive o Judiciário, o que é pior e mais grave”, analisa. “São instituições degeneradas, viciadas. O Judiciário, desenhado para ser neutro e aplicar normas, atua como ator político, estrategicamente”.

A professora critica duas medidas recentes do Judiciário: a quebra do sigilo da delação do ex-ministro Palocci e a proibição da entrevista do ex-presidente Lula. E diz que tal estratégia só se sustenta porque há respaldo nos meios de comunicação.

Ao agir desse modo, afirma ela, o Judiciário dá um tiro no pé: “Isso pode dar margem a um tipo de governo que não seja com base em instituições, muito menos democráticas”.

Sociólogo e professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj, José Maurício Domingues atenta para as consequências de um quadro de instabilidade institucional. “Desde o governo Dilma a gente vê militares trazidos para o centro da política. Quando você tem

instabilidade, começa a ver militares e Judiciário tomando mais vulto na política”, afirma. O risco é, segundo ele, “o sistema político acabar se desestabilizando novamente, e a gente ter uma resposta autoritária. Não necessariamente golpe militar. Mas um processo insidioso, mais discreto e que, no entanto, não deixa de ser importante”.

A presidente da Adufrj, professora Maria Lúcia Werneck Vianna, alerta para a necessidade de, nos acordos para o segundo turno, garantir a estabilidade democrática. “A interrogação da governabilidade nos marcos da institucionalidade democrática estabelecida pela Constituição de 1988 se torna o ponto nevrálgico da agenda”, afirma.

Especialista em Direito Constitucional, o diretor da Faculdade Nacional de Direito, Carlos Bolonha, aponta um desajuste de atribuições entre Legislativo e Executivo. “Há desequilíbrio nas funções e competências desses Poderes, mas não é um fenômeno unicamente brasileiro. O modelo está em crise no mundo”, comenta.

A saída, segundo ele, deve levar em conta a reaproximação da sociedade com o Executivo, além de equilíbrio e convergência entre os Três Poderes. “Caso isto não ocorra, os direitos fundamentais e sociais ficarão cada vez mais frágeis, há ameaça ao princípio da igualdade. Por consequência, o projeto democrático fica comprometido”, alerta Bolonha.



PORQUE ESTÃO EM JOGO TEMAS QUE AFETAM A VIDA DAS PESSOAS

ELISA MONTEIRO
E KATHLEN BARBOSA
comunica@adufrrj.org.br

De trabalho a saúde, passando por segurança e envelhecimento, a eleição de 2018 toca em temas do cotidiano dos brasileiros – e também por isso é fundamental. O índice de desemprego supera 12%, mais do que o dobro do de 2013. “Quando você pensa no impacto social de 12 milhões de desempregados, fica fácil entender por que isso está na ordem do dia”, afirma o professor João Luiz Sabóia, do Instituto de Economia, que considera vagas as propostas dos presidentes para o tema.

A segurança ganhou contornos diferentes pela presença do candidato Jair Bolsonaro (PSL), capitão da reserva do Exército. “Ele encarna a ideia neofascista de que homens de bem podem se armar para matar criminosos impunemente”, diz o antropólogo Luiz Eduardo Soares. Para o ex-secretário de Segurança do Rio, uma vitória do candidato pode significar “um banho de sangue”: “Não precisa esperar a posse. Para setores que já exterminam jovens negros pobres nas periferias à margem da legalidade, a sinalização é de liberdade para matar em nome de suposta ordem”.



PREVIDÊNCIA E SAÚDE

Num país com população idosa crescente, o modelo de Reforma da Previdência castiga os idosos e a longevidade, que deveria ser uma conquista, avalia Denise Gentil, do Instituto de Economia. “Viver mais é decorrência do avanço tecnológico, das informações, do saneamento básico. É uma conquista social”.

A especialista avalia que os candidatos dissociam a questão demográfica de temas como emprego, educação e salário. “Essas forças asseguraram que trabalhadores ativos tenham salários melhores e contribuam para o melhor padrão de vida dos idosos”, explica a

docente. Já os economistas Margarida Gutierrez e Carlos Frederico Leão concordam que, em longo prazo, o aumento do tempo de contribuição será inevitável.

Para a vice-presidente da Adufrj e pesquisadora em saúde coletiva, Ligia Bahia, as eleições serão decisivas. “Temos uma candidatura (Haddad) que se compromete com aumento de recursos para a saúde e outra (Bolsonaro) que diz que tem dinheiro demais na saúde e vai cortar despesas. Isso é uma tragédia, porque temos um volume pequeno de despesa com a saúde, insuficiente para termos um sistema universal”, completa.

Adufrj terá plantão especial para adesão ao novo plano de saúde

A Adufrj iniciará no dia 10 de outubro o processo de adesão ao novo plano de saúde para professores sindicalizados. A operadora SulAmérica foi a escolhida. Nesse dia, os interessados em contratar o novo plano poderão comparecer ao sindicato das 10h às 17h. Na próxima semana, será montado um calendário com dias e horários para plantões de adesão.

A vice-presidente da Adufrj, Ligia Bahia, esclarece que os associados ainda poderão tirar dúvidas sobre o plano. “Nessas datas, além da contratualização, os professores poderão esclarecer eventuais dúvidas que tenham restado sobre o plano. O critério de escolha do convênio foi baseado na sua solidez e amplitude da administradora”, afirma.

A empresa foi escolhida depois da crise do convênio anterior, com a Unimed. Em julho, um reajuste de 42,5% pegou os professores de surpresa. Agora, a Adufrj terá mais ingerência sobre os contratos. “Queremos acompanhar mais de perto a garantia de cobertura e de que forma os reajustes serão repassados”, afirma Ligia Bahia.

PORQUE ESTAMOS DIVIDIDOS COMO NUNCA

FERNANDA DA ESCÓSSIA
fernanda@adufrrj.org.br

Esquerda x direita. Fascismo x civilização. Liberalismo x comunismo. Que sentimentos e ideias alimentam a atual polarização da sociedade brasileira?

Para especialistas ouvidos pelo **Boletim da Adufrj**, o dissenso que se vê como inconciliável se associa menos a projetos ideológicos de país e mais a outras questões. Entre elas, a rejeição ao sistema político partidário, vitaminada por ideias conservadoras gestadas em vários setores da sociedade, e a recusa protagonizada pelo andar da cima da sociedade brasileira em dividir direitos mínimos — já que os privilégios permanecem quase intocados.

A historiadora e cientista política Beatriz Bissio, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), cita, ao analisar o momento atual, a célebre avaliação de Darcy Ribeiro de que o presidente João Goulart sofreu um golpe em 1964 não pelos seus erros, mas pelos seus acertos.

“Toda a demonização dos governos do PT ocorre por seus acertos e não pelos seus erros – que foram muitos”, resume a professora. “O PT, mesmo com concessões neoliberais, iniciou um projeto para os mais desatendidos. Esse foi o pecado original para aqueles que sempre usufruíram do poder e comandaram o Estado a partir de seus próprios interesses”, completa.

Para Bissio, o problema não é haver polarização, mas como e por que ela surge. “Poderia haver polarização alicerçada em um debate entre dois grandes projetos, tudo de modo legítimo”, afirma. Para a docente, porém, há pouco de racional e de discussão política na atual polarização — que não pode ser entendida, segundo ela, sem um retrospecto analítico sobre o impeachment contra a presidente Dilma Rousseff.



Nesse processo, destaca Bissio, existem responsabilidades variadas, entre as quais ela destaca partidos que deram apoio ao impeachment, os meios de comunicação – “que entraram nesse barco, talvez como capitães” – e o Judiciário.

A docente conclui que a atual divisão se sustenta numa falsa polarização. “Tal divisão se sustenta numa insistente ação de partidos e mídia em focar somente a parte obscura dos governos do PT, que lamentavelmente existiu”, afirma.

Ivo Coser, professor e coordenador do Núcleo de Teoria Política da UFRJ, destaca, na eleição atual, o sentimento de rejeição de parte da sociedade ao sistema representativo político-partidário. E afirma que o candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro, é quem mais se beneficia do sentimento de rejeição da sociedade brasileira ao sistema político, porque se apresenta como o “antissistema”.

“Uma parte significativa do eleitorado do Bolsonaro não está votando por saudade de 64. É uma minoria”, destaca.

E segue: “Ninguém vai me fazer acreditar que uma juventude que vota no Bolsonaro faz isso porque leu tudo sobre 1964 e descobriu que era sensacional. Vejo esse sentimento de rejeição, que acabou fortalecendo o candidato que se diz contra o sistema, embora tenha nascido no sistema. Isso nós sabemos, mas os eleitores dele não”.

Coser avalia que, caso Bolsonaro vença a eleição, grupos conservadores que o apoiaram vão cobrar a conta. Com isso, há risco de redução de direitos conquistados nos últimos anos, como a maior valorização das religiões afro-brasileiras.

Diretor da Adufrj e professor do Instituto de Física, Felipe Rosa diz que o tensionamento da sociedade brasileira às vésperas da eleição é assustador: “Está caracterizada uma polarização de ódio e vingança que é altamente nociva, e realmente temo pela democracia se isso se prolongar até o ano que vem”.

POR QUE ESSAS ELEIÇÕES SÃO AS MAIS COMPLEXAS DA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL?

PORQUE A UNIVERSIDADE PÚBLICA **ESTÁ EM XEQUE**

SILVANA SÁ

silvana@adufrrj.org.br

O momento pré-eleitoral traz incertezas também para a educação, e um exemplo perverso foi protagonizado esta semana pelo colégio Santo Agostinho. A tradicional escola da Zona Sul do Rio de Janeiro censurou o livro “Meninos sem Pátria”, de Luiz Puntel. Os pais exigiram a suspensão sob o argumento de que se tratava de “livro comunista”, “doutrinador” e com “discurso esquerdopata”.

A universidade, que já sofre asfixia financeira e o ataque à sua autonomia de gestão, também vê crescerem grupos contrários ao debate e a favor do movimento Escola Sem Partido. Professor Titular da Coppe e defensor de maior

integração entre as áreas do conhecimento, Luiz Bevilacqua diz que um dos presidencialistas ameaça a liberdade do pensamento acadêmico. “Bolsonaro propõe ‘expurgar a ideologia de Paulo Freire’, abrindo a porta para um novo processo de bloqueio à informação. Já vimos isso antes”, alerta o professor.

Segundo ele, nada do programa do líder nas pesquisas se sustenta “dentro de um contexto em que a liberdade de expressão seja essencial para o processo educacional”. Bevilacqua afirma que as universidades públicas poderão sofrer, além dos cortes, bloqueios no desenvolvimento pedagógico, e o trabalho docente estaria ameaçado e cerceado.

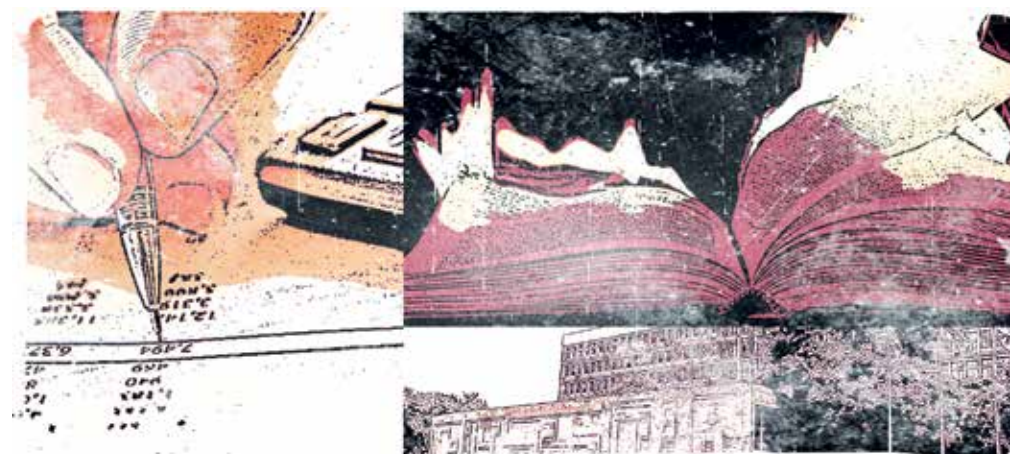
Para o vice-presidente da Adufrj, Eduardo Raupp, “a universidade está em xeque”. Os conceitos de universi-

dade pública e de liberdade de cátedra estariam ameaçados: “Há sinais muito negativos. Conhecemos, de um dos candidatos, ‘slogans’ que colocam em risco o futuro da universidade. O cenário preocupa”.

A universidade, segundo Raupp, não foi debatida com centralidade na campanha eleitoral. “O tema foi pouco discutido, e os projetos são quase desconhecidos. Há um posicionamento superficial dos candidatos, de modo geral”, critica. “Se ela não tem centralidade no momento em que o país está voltado a discutir seu futuro, quando terá?”, indaga o professor do Instituto Coppead.

O debate em torno de propostas para o desenvolvimento com colaboração das universidades federais, segundo o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, está interdito. “Uma eleição é o momento de discutir uma agenda nacional. É uma lástima que esta agenda não esteja sendo tratada nos debates e nas entrevistas dos presidencialistas”, observa.

Davidovich diz que os partidos atribuem pesos diferentes a educação, ciência, tecnologia e inovação. E torce para que o projeto vencedor seja o que mais se aproximar das expectativas da comunidade científica. “Espero que o eleito tenha um projeto que leve em conta o conhecimento e esteja dentro da ordem democrática”, conclui.



UFRJ é a segunda melhor do país, segundo novo ranking da Folha

A UFRJ está em segundo lugar no Ranking Universitário feito pelo jornal Folha de S. Paulo. A instituição, que ocupava a primeira posição nas duas edições anteriores, deixou o topo para a USP por apenas 0,23 ponto (97,52 contra 97,29). Apesar da ligeira queda, a UFRJ lidera em inovação, um dos cinco quesitos considerados no levantamento

da Folha. A universidade ficou em segundo lugar nos indicadores mercado e internacionalização; em terceiro, no ensino; e em quinto, na pesquisa.

UFRJ ENTRA NO PRINT

O recurso da UFRJ foi aceito no resultado final do edital do Programa Institucional de Internacionalização — a proposta

inicial da universidade havia sido recusada em agosto. “Foi o reconhecimento de um grande esforço de integrar 58 programas de pós-graduação”, avalia a pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, Leila Rodrigues. “Nossa preocupação foi chamar atenção para o quanto a UFRJ já era internacionalizada e o quanto somos excelência em todas as áreas”.

POR QUE ESSAS ELEIÇÕES SÃO AS MAIS COMPLEXAS DA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL?

PORQUE VIVEMOS UMA PROFUNDA **CRISE ECONÔMICA**

ELISA MONTEIRO E LARISSA CAETANO

comunica@adufrrj.org.br

Selvageria financeira ou iniciativas mais flexíveis para o acerto das contas e a retomada do crescimento. Na avaliação da professora Denise Gentil, do Instituto de Economia (IE), dois projetos bem diferentes disputam os rumos do país na eleição.

O candidato líder nas pesquisas, Jair Bolsonaro (PSL), promete ajuste fiscal duro, centrado no corte de investimentos. Já os dois candidatos que disputam a segunda vaga no segundo turno, Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT), prometem derrubar a Emenda 95, do Teto de Gastos, com um ajuste fiscal menos severo.

Gentil, professora de macroeconomia, classifica como “ortodoxo” o ajuste da equipe de Bolsonaro. “O equilíbrio fiscal seria alcançado com corte de gastos e amplo processo de privatizações e concessões”, explica. Para eliminar o déficit primário no primeiro ano e reduzir a dívida pública, “o que teremos, na prática, será a política já praticada desde 2016 pelo governo Temer. Só que radicalizada”, acrescenta.

Para a docente, a proposta gera baixo crescimento econômico: “Em seu conjunto, as propostas de Bolsonaro apontam para uma selvageria financeira, com as consequências sociais: desemprego, precarização de salários, aumento da pobreza e violência”.

Também professor do IE, João Luiz Sabóia critica as propostas dos candidatos para um dos maiores problemas da atual crise: o desemprego que afeta mais de 12 milhões de pessoas. “O impacto social é gravíssimo. Todos os candidatos falam em criar empregos, mas não vejo nada de concreto”.

Segundo Sabóia, a melhor política contra o desemprego é o crescimento econômico, com investimento e gastos públicos. “Se crescermos 1% ou 1,5% como previsto, o desemprego cairá de 12 milhões para 11 milhões em um ano. Não é um ritmo razoável”.

ESTADO DE BEM-ESTAR

Na visão do professor Carlos Frederico Leão Rocha, do Instituto de Economia, o grande desafio para os presidencialistas será um ajuste fiscal compatível com o Estado de bem-estar. “As propostas de Ciro e Haddad lidam com o aumento da taxa, principalmente lucros e dividendos, e uma redução das desone-

rações fiscais. Eles se colocam a favor da consolidação do Estado de bem-estar, que começou a ser montado na Constituição de 1988”.

No outro extremo, a proposta de Bolsonaro é lidar com a Emenda cortando despesas públicas. “Ele partirá para uma redução dos limites mínimos constitucionais para Saúde e Educação e, no que se refere ao corte de gastos, chegamos ao nível de inviabilização do Estado”, afirma Rocha.

CONFIANÇA OUTRA VEZ

Para o país sair da crise, é fundamental recuperar a confiança econômica, avalia a professora Margarida Gutierrez, do Coppead/UFRJ. “O Brasil continua um país rico com grande potencial produtivo, hoje, ocioso. E está com a inflação controlada”, completa.

Margarida Gutierrez destaca que investimentos em educação, ciência e inovação tecnológica são estratégicos para aumentar a capacidade produtiva do país. Mas diz que não se trata apenas de mais dinheiro e sim “de tornar as áreas mais eficientes”. Ela afirma que, apesar de complexo, o sistema tributário deve ser enfrentado: “O imposto sobre produção e consumo é injusto e penaliza os mais pobres”.

A hora do voto é a escolha de um projeto de Brasil. Para muitos analistas, o pleito deste 7 de outubro é o mais complexo desde a redemocratização. Num Brasil polarizado, estarão em jogo as liberdades individuais e as reformas pelas quais o país precisa passar — mas também a autonomia universitária e a própria democracia. Na newsletter desta semana, a socióloga Maria Lúcia Werneck Vianna, presidente da Adufrj, analisa o quadro eleitoral e alerta para a relevância de escolher um Congresso atuante. Por fim, cobra, nos acordos para o segundo turno, o compromisso com a ordem constitucional. Boa leitura e bom voto!

Artigo

MARIA LÚCIA TEIXEIRA WERNECK VIANNA

Socióloga, professora aposentada da UFRJ e presidente da Adufrj



FERNANDO SOUZA

Eleições 2018: a conjuntura do dia seguinte

*“A intriga nasce num café pequeno
Que se toma pra ver quem vai pagar...”*

VERSO DO SAMBA 'POSITIVISMO', DE ORESTES BARBOSA E NOEL ROSA

Eleição dos rejeitados, reprimidos de 1989, pleito atípico... Muitos têm sido os epítetos cunhados pela imprensa ou viralizados nas redes sociais para designar aquela que parece ser a mais inusitada escolha de um presidente no Brasil até agora. Pelo menos desde o fim da ditadura militar. Nove fora a fragilidade programática dos partidos, o extenso número de candidatos nanicos e a baixa visibilidade de projetos para o país nas campanhas — aspectos recorrentes em tais ocasiões e com replicação quase caricatural em âmbito

estadual, como se vê no Rio de Janeiro —, contingências recentes agudizam a complexidade deste atual momento pré-eleitoral. Diante de um cenário econômico desalentador, os eleitores se deparam com respostas tífias, e por vezes contraditórias, para suas angústias, por parte dos que pretendem governá-los. Ódios, ressentimentos e outros imponderáveis, fermentados no caldo da intolerância e alimentados por duvidoso moralismo, resultam em desnecessárias interveniências, como prisões e facadas.

O grande desafio das eleições gerais de 2018, contudo, é seu *day after*. Conhecidos os resultados após o primeiro

turno, haverá, muito provavelmente, uma ressaca coletiva de três semanas, ao fim das quais o processo estará concluído. Concluído? *Modus in rebus*. Quem quer que seja o ungido pelas urnas, no dia 28 de outubro (ou, sabe-se lá, já no dia 7) vai encontrar um palco que nada terá de iluminado para desempenhar seu papel. A rondá-lo, uma cândida pergunta: como governará? Ou seja, com que apoios contará, que alianças precisará construir?

Trata-se, com efeito, do que os analistas políticos gostam de exibir como instrumento precípua de diagnóstico da conjuntura, a governabilidade. Um con-

ceito com ares e pretensão de moderno, mas que apenas renomeia uma questão já tratada por Maquiavel com desenvoltura e apuro em *O Príncipe*, de 1513 (ver especialmente o capítulo XVIII, “De que modo devem os príncipes manter a palavra dada”, na tradução publicada pela Cultrix, de São Paulo, em 1995). Maquiavel procura equacionar a questão da estabilidade da ordem sem recurso à violência ilegítima. Nos termos de hoje, a questão da estabilidade da ordem democrática como pressuposto para governar com legitimidade.

As pesquisas vêm apontando a polarização, na reta final do processo eleitoral, entre Fernando Haddad, do PT, e Jair Bolsonaro, do PSL. A se concretizar esse vaticínio, verossímil, a interrogação da governabilidade nos marcos da institucionalidade democrática estabelecida pela Constituição Federal de 1988 se torna o ponto nevrálgico da agenda. Não só pelo risco de exacerbação violenta da antinomia esquerda versus direita, seja em versão atualizada, seja sob uma retórica ultrapassada, mas igualmente por conta das ameaças representadas pela crescente presença, em cena, de idiosincrasias, abusos e distorções que, tangenciando a ilegalidade, deturpam o quadro político desde a intempestiva expulsão de Dilma Rousseff do Palácio do Planalto.

Por tudo isso e mais um pouco convém lembrar que estas eleições são gerais e não apenas presidenciais. A escolha dos membros do Congresso — deputados federais e senadores — assume especial relevância na medida em que à instituição legislativa caberá fomentar a gravitação em torno do centro político que, por definição, opera na esfera parlamentar. Já se sabe que não ocorrerá renovação de monta nem na Câmara nem no Senado. Como, porém, renovação não significa automaticamente “melhora”, o que se deve esperar (e desejar) é que o Parlamento se comporte como instituição republicana, garantindo o respeito aos desígnios constitucionais.

Também é essencial não esquecer, nessa chave, que a escolha dos governadores e deputados estaduais faz parte do pacote de complicações e desafios imposto às eleições gerais de 2018. Pois governadores são atores de peso nas estratégias de governabilidade. Influenciam bancadas regionais no



ANDRÉ HIPPERTT

Congresso, avalizam ou não o pacto federativo, conferem substrato (ou não) à movimentação partidária nas arenas nacional e subnacionais.

A montagem do quebra-cabeças da governabilidade começará, decerto, com a escolha presidencial em 7 de outubro, embora o desfecho possa vir a ser conhecido somente em 28 de outubro. Contudo, dependerá outrossim das demais escolhas — a escolha dos governadores estaduais que acompanha a agonia da escolha presidencial — e a escolha dos representantes legislativos que, esta sim, se encerra em 7 de outubro.

Na ausência, praticamente, de dúvidas quanto a um segundo turno, não custa refletir sobre a importância que ganhará esse breve período, em função das vicissitudes da conjuntura. Mais do que nunca faz sentido o jargão de que o segundo turno configura uma nova eleição. Nas três semanas seguintes ao pleito de 7 de outubro estará sendo preparada a eleição que definirá os rumos do país nos próximos quatro anos, se, nessa preparação, estiver contemplada a questão da governabilidade

A montagem do
quebra-cabeças
da governabilidade
começará, decerto,
com a escolha
presidencial em 7 de
outubro, embora o
desfecho possa vir a ser
conhecido somente
em 28 de outubro

que efetivamente importa, isto é, como estabilidade da ordem na plena vigência dos preceitos democráticos. Tomara que os indispensáveis acordos e negociações firmados nesse processo sejam norteados por tal prioridade.

Restaria, no entanto, um desafio para que a normalidade fosse (a mudança do tempo verbal é proposital) efetivamente restaurada, satisfazendo expectativas (que vêm sendo frustradas) em relação à república e à democracia no Brasil: a redução do protagonismo do poder judiciário. Evidentemente esse desiderato independe do voto, o que não impede supor (ou torcer para) que uma coalizão de governo ampla, sustentada por bases democráticas e republicanas no Parlamento, possa eventualmente sustar o exagerado — e, por consequência, nefasto — movimento de politização da justiça no Brasil.

A politização da justiça sinaliza perigos não descartáveis. O caráter não eletivo dos cargos da magistratura é (ou deveria ser), formalmente, um óbice à atuação de juízes e procuradores na atividade decisória. Quando se arvoram a dela participar, usurpam funções do Legislativo, insidiando falsa imagem de inépcia do mesmo e contribuindo para que se transforme na Geni da canção de Chico Buarque. Ora, a desmoralização do Legislativo é um atalho para o autoritarismo. Ademais, reforçam o mito de que decisões tomadas por funcionários altamente qualificados, concursados, técnicos, são sempre superiores a decisões políticas. Outro atalho para o autoritarismo.

A epígrafe deste texto foi tirada do samba “Positivismo”, de Orestes Barbosa e Noel Rosa. Só o título já oferece inspiração para interpretar a ansiedade que impregna os primeiros dias desse outubro. Vale conferir.